



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 083**

**Filosofia Econômica e Social: uma Conexão entre Alfred Marshall
e John Maynard Keynes**

**Felipe Rodrigues Sousa
Everton Sotto Tibiriçá Rosa**

**NEPEC/FACE/UFG
Goiânia – Dezembro de 2020**

**CIÊNCIAS
ECONÔMICAS**

FACE
FACULDADE DE
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

Sousa, Felipe Rodrigues. Filosofia Econômica e Social: uma Conexão entre Alfred Marshall e John Maynard Keynes. / Everton Sotto Tibiriçá Rosa - 2020.

21 f. (Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas, 083)

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Goiânia, 2020.

1. Marshall. 2. Keynes. 3. Índice. IV. Título

Filosofia Econômica e Social: uma Conexão entre Alfred Marshall e John Maynard Keynes

Felipe Rodrigues Sousa¹
FCS/UFG

Everton Sotto Tibiriçá Rosa²
FACE/UFG

RESUMO

O presente artigo visa investigar as conexões entre dois economistas britânicos, Alfred Marshall e John Maynard Keynes dentro de uma filosofia social comum. O objetivo do trabalho é demonstrar em que plano essas conexões estão configuradas face ao escopo da Ciência Econômica, suas definições e limitações. Aborda-se essa filosofia social, o papel da ciência econômica e o atuar dos economistas em relação aos problemas sociais que ambos acreditavam impactar negativamente as sociedades nas quais estavam inseridos. Marshall dentro das limitações institucionais do seu tempo, assume o papel de propor um olhar científico que visava resguardar e promover a dignidade humana. Keynes em uma economia global e gravemente perturbada pela guerra e instabilidade econômica procura nas grandes linhas a resolução dos problemas que afetam o nível individual. Uma discussão, ainda que preliminar, é realizada comparando como a atuação dos economistas se modificou em razão de uma transformação no caráter do estudo da economia, que se esvaziou do seu conteúdo ético em favor de um suposto rigor técnico e politicamente isento. Conclui-se que, muito embora os dois autores favorecessem formas de intervenção e remediação dos problemas sociais distintas, existe uma relação entre a visão de mundo de ambos, que se manifesta na forma como enxergam a Ciência Econômica, a atuação do economista e o caráter dos problemas sociais que devem ser combatidos.

Palavras Chaves: Marshall, Keynes, filosofia social, economia.

ABSTRACT

The present article aims to investigate the connections between two British economists, Alfred Marshall and John Maynard Keynes within a common social philosophy. The purpose of the paper is to demonstrate the extent to which these connections are configured in the light of the scope of Economic Science, its definitions and limitations. It addresses this social philosophy, the role of economic science, and the role of economists in relation to the social problems that they both believed negatively impacted the societies in which they were inserted. Marshall within the institutional limitations of his time, assumes the role of proposing a scientific view aimed at safeguarding and promoting human dignity. Keynes in a global economy seriously disturbed by war and economic instability seeks in the grand schemes to solve the problems that affect the individual level. A discussion, however preliminary, is made comparing how the economists' acting has changed due to a change in the character of the study of economics, which has been emptied of its ethical content in favor of supposedly technical and politically exempt rigor. It concludes that, although the two authors favor different ways of intervention

¹ Mestrando em Ciência Política pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis da mesma universidade. E-mail: felipe.frs@hotmail.com.

² Professor de Economia da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás (FACE-UFG). Doutor em Teoria Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP). E-mail: evortal@gmail.com.

and remediation of the social problems, there is a relation between their worldview, which is manifested in the way Economic Science, the economist's performance and character social problems that must be tackled.

Keywords: Marshall, Keynes, social philosophy, economics.

1 Introdução

A vida em sociedade e a organização social do sistema econômico apresentam uma tendência de evolução cumulativa ao longo do tempo, ainda que hajam interrupções e retrocessos, como se observa com o conhecimento, com a tecnologia e com a resolução do problema econômico (HEILBRONER, 1996; PERINNE, 1968; ROSA 2016). A verificação deste processo evolutivo – sem direção bem definida, incerto e, portanto, não teleológico –, onde o presente se sobrepõe ao passado, é influenciado por esse e ao mesmo tempo influencia os desdobramentos futuros³, encontra espaço na análise de teorias econômicas de variadas correntes de pensamento⁴ que visam explicar o mundo no qual as sociedades estão inseridas e operam e não o mundo idealizado que se acredita existir ou que deveria existir para que os axiomas e as prerrogativas de determinadas teorias possam ser encontrados e satisfeitos.

Este mundo idealizado, atemporal e apolítico está presente em teorias econômicas ditas positivas, cujas premissas estão ancoradas em uma compreensão filosófica específica do indivíduo e da sociedade, que nem sempre é exposta abertamente, como se isso conferisse à teoria um caráter de neutralidade e, portanto, de superioridade em termos de ciência econômica (FRIEDMAN, 2008; ASSIS; DORIA, 2011). No entanto, face ao confronto com a realidade histórica da vida econômica, tais premissas perdem o status hipotético, já que não são descartadas, e assumem uma posição dogmática, servindo para a corroboração de uma filosofia implícita e previamente aceita. Neste ponto, o cientista econômico, ao não as premissas ao escrutínio, se torna um ideólogo e o confronto da teoria com a realidade é substituído pelo discurso, pela retórica, pelo convencimento.

Collander et al (2009) Beker (2010), Romer (2016) apontam, de uma maneira ou outra, para uma crise na prática do economista. O transcorrer dos últimos 50 anos representou uma inflexão no mundo da ciência econômica, não surpreendentemente relacionada a profundas alterações sociais. As várias crises econômicas, financeiras e de representação cidadã-democrática têm posto, década após década, a *sabedoria convencional*⁵ dos economistas à prova; as previsões, sempre duvidosas, dada a sua própria natureza especulativa sobre um processo que é não ergódico na realidade, mas ergódico na concepção dos modelos, são alvo de um ceticismo crescente, não por errarem simplesmente, já que a ninguém é antecipado o futuro, mas por fundamentarem políticas e ações que tornam os Estados e os indivíduos mais vulneráveis aos desdobramentos das flutuações econômicas, minando as condições de busca de

³ Keynes (1924, p. 322) demonstrou consciência clara da natureza intrincada do tempo e da importância desse fato para a atuação do economista quando afirmou “He [the economist] must study the presente in light of the past for the purposes of the future”. Marshall (1920, p. 1) também atribuiu especial valor ao tempo ao dizer “For the element of Time, which is the centre of the chief difficulty of almost every economic problem, is itself absolutely continuous.”.

⁴ Porém não está presente em todas, ver Arida (1984). A escola clássica e seu desdobramento neoclássico que se preserva na microeconomia e na macroeconomia micro fundamentada (Rosa, 2016), em contraste com as escolas schumpeteriana, vebleniana, keynesiana-Institucionalista, marxista e regulacionista, padecem de uma concepção evolutiva do problema econômico, seu caráter atemporal não significa capacidade de ser aplicada a qualquer ponto no tempo, mas antes numa incapacidade de compreender a relevância da construção histórica do homem e da sociedade na condução dos processos econômicos

⁵ John Kenneth Galbraith é um autor basilar nas avaliações de teorias econômicas face aos seus condicionantes filosóficos intrínsecos. Seu livro *A Cultura do Contentamento* (1980) é apenas dos exemplos no qual o autor procede a uma análise detalhada dessas limitações.

estabilidade e prosperidade sustentadas. Não obstante a perda de credibilidade junto à sociedade, parte dos praticantes da ciência econômica, ainda na busca por um rigor incompatível com o objeto de estudo de uma ciência social aplicada, agarra-se às falsas premissas com cada vez mais afinco, ignorando os problemas reais, esperando que a economia volte ao seu suposto curso natural.

O insulamento da ciência econômica e de seus praticantes mediante a criação de modelos cuja aceitação está restrita a um seleto grupo, distanciado dos problemas da população, não tem auxiliado na recuperação do prestígio tão cobiçado pelos economistas, e a há tanto tempo perdido⁶. A incapacidade que a atual geração de economistas tem demonstrado em propor soluções inclusivas face às sucessivas crises econômicas e sociais – exemplificada pela institucionalização crônica dos erros na atuação de instituições supranacionais, tais como o *Fundo Monetário Internacional* e o *Banco Mundial* durante crise dos países periféricos da zona do Euro entre 2013 e 2015 – aponta para falhas importantes, não apenas nas teorias econômicas utilizadas, mas também na visão de mundo que orienta as políticas e proposições dos economistas.

Tendo em vista o atual estado de letargia e estagnação econômica global, com exceções importantes, a aparente incapacidade de lograr soluções estruturantes de longo prazo que visem o desempenho econômico com inclusão social, face a elevação da desigualdade de renda e de oportunidades, bem como o reconhecimento de que este estado de coisas não depende apenas do jogo político dos grandes interesses velados – instituições financeiras globais, empresas transnacionais, grupos políticos organizados, *lobbies* –, mas tem raízes filosóficas profundas na profissão do economista e na visão do papel desta ciência, torna-se imprescindível resgatar pensadores cuja filosofia social inclusiva os conduza a empregar o rigor técnico-teórico a serviço do progresso social.

Isto posto, este artigo visa contribuir para a elucidação da conexão, no nível da filosofia social, entre Alfred Marshall e John Maynard Keynes, dois pensadores britânicos de gerações diferentes que, juntos, atuaram entre os séculos XIX e XX como expoentes da ciência econômica e que contribuíram de forma sistemática, cada qual à sua maneira, para promover verdadeiras revoluções no pensamento econômico e no seu rigor de aplicabilidade aos problemas do mundo real, tal qual vivido pelo homem na organização da vida econômica. Marshall, enquanto economista que sintetiza e aprofunda o conhecimento dos seus predecessores – pensadores da economia política clássica, da escola histórica alemã, dentre outros – é um dos principais proponentes de uma ciência independente, com novos paradigmas e com compromisso de se aproximar da realidade, sem abrir mão da teorização desta mesma realidade (JENSEN, 1987). Posteriormente, Keynes que propõe uma nova visão sobre o funcionamento da economia, sobretudo em função do “choque de realidade” de seu tempo – duas guerras mundiais, instabilidades monetárias, a Grande Depressão e a necessidade de uma nova ordem mundial – e cuja teoria econômica define novos parâmetros em diversas frentes, por exemplo, na atuação do Estado, na Economia Internacional e na lógica de funcionamento da economia a partir da tomada de decisão em um contexto de incerteza irreduzível (ROSA, 2016).

O artigo está estruturado em quatro partes. A esta introdução se segue um resgate de alguns aspectos da filosofia social dos autores, tal como aplicada às suas contribuições teóricas para a economia. Na seção seguinte são abordadas as conexões dessas abordagens com as definições da ciência econômica e do escopo da mesma, assim como alguns comentários são tecidos a respeito da evolução da ciência de modo geral. A isto segue-se uma breve conclusão.

⁶ Uma prova dessa degradação na forma como os economistas e a ciência é vista pode ser retratado pela insurgência de estudantes de vários países ao redor do globo pedindo um ensino inclusivo e pluralista. Vide o movimento *International Student Initiative for Pluralism in Economics* < <http://www.isipe.net> >.

2 Filosofia social e teoria econômica: algumas reflexões

É necessário ter em mente que uma compreensão abrangente das implicações e limitações de qualquer teoria econômica depende da apreensão dos aspectos filosóficos sobre os quais elas se amparam⁷, isto é, a visão de mundo que guia o economista em sua investigação. Com Alfred Marshall e John Maynard Keynes não é diferente. Skidelsky (1999, p.53), a respeito do *Tratado sobre Probabilidade*, diz que o resgate deste livro tem sido recentemente empreendido pelos estudiosos das contribuições de Keynes e que “[I]sso faz parte crescente noção da importância da filosofia de Keynes para a compreensão de sua teoria do comportamento econômico.”⁸. Em relação a Marshall, compreender o percurso da sua formação enquanto cientista, passando pelo estudo da ética e da metafísica, pode auxiliar a compreender suas recomendações de política econômica (HIMMELFARB, 1991). A economia política clássica com o seu principal expoente, Adam Smith, não estava alheia à essa ligação entre economia e filosofia que naqueles tempos era tão marcante, sendo a própria economia um ramo da filosofia moral naquele momento. De fato, observa-se que o “fundador da ciência econômica” baseia a sua teoria sobre o funcionamento do sistema econômico e do comportamento do homem em princípios morais e éticos, apesar do egoísmo individualista e, talvez mais importante e com certeza menos enfatizado ainda que fundamental para estabilizar a vida em sociedade, a empatia social (NAPOLEONI, 1987).

É possível perceber que as obras escritas por Marshall e Keynes estão permeadas de referências àquilo que consideravam como problemas sociais de seu tempo e isto, evidentemente, refletiu-se nas proposições de reforma que fizeram em resposta a tais problemas. No entanto, isto não diz tudo, a identificação de problemas sociais somente é possível se anterior a eles existirem matrizes valorativas, um código moral⁹.

Mattos (2015) expõe que ainda que existissem diferenças no escopo do problema econômico que ambos os autores enfrentaram, nota-se a continuidade da filosofia humanista – a qual pode, atualmente, pode ser questionada devido ao seu caráter essencialmente britânico-europeu – entre um e outro. A existência dessa continuidade certamente foi favorecida pelo fato de Marshall ser mentor de Keynes. No entanto, isso não responde pela totalidade da conexão no campo da filosofia social existente entre os dois, tendo em vista que Arthur Cecil Pigou também foi discípulo de Marshall e nem por isso adotou as visões de mundo do seu professor, mas ao contrário, buscou um “rigor” para a ciência que a afastou daquela filosofia humanista, algo que fica evidenciado pela própria crítica que Marshall dirige a Pigou¹⁰.

De fato, é possível argumentar que ambos, Marshall e Keynes, dividiam preocupações sociais similares. Por exemplo, Marshall expõe uma visão específica para o estudo da economia:

[...] the study of the causes of poverty is the study of the causes of degradation of a large part of mankind [...] but the answer depends in a great measure

⁷ Debate-se a possibilidade de insular as teorias econômicas em redomas de imparcialidade técnica, isolando-as de suas consequências políticas, ou de juízo de valores; as crises econômicas e o posicionamento dos economistas parecem indicar a inexequibilidade do projeto. A própria natureza da ciência econômica, que não apenas estuda, mas também *intervém* na economia, é capaz de dissipar qualquer pretensão de imparcialidade dos economistas, ou das teorias que eles elaboram.

⁸ Uma das ideias centrais do presente trabalho é que a compreensão da sua teoria sobre comportamento econômico também depende da filosofia social, filosofia esta *partilhada* com Marshall.

⁹ Seria incoerente vislumbrar, por exemplo, na existência de altas taxas de desemprego um *problema social* se antes não houvesse a noção do trabalho simbolizando um valor positivo, o mesmo não é necessariamente verdade se o desemprego for visto meramente como um *problema econômico*. Em outras palavras, os problemas econômicos só se tornam problemas sociais após passarem pelo filtro moral valorativo.

¹⁰ Para uma análise dos comentários “negativos” que Marshall teceu em relação ao seu antigo aluno Pigou, acerca do livro deste *Wealth and and Welfare*, ver Bharadwaj (1972).

upon facts and inferences, which are within the province of economics: and this it is which gives to economic studies their chief and their highest interest (MARSHALL, [1890] 1920, p. 3-4).

Keynes, ainda que não tenha explicitado uma tarefa primordial para o estudo da ciência econômica, identifica, no capítulo 24 da Teoria Geral, especificamente, denominado “Notas Finais Sobre a Filosofia Social a que Poderia Levar a Teoria Geral”, os principais problemas do arranjo econômico no qual viva, o que leva a crer que seriam esses os desafios a serem enfrentados com maior urgência pelos economistas:

“Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua *incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas*” (KEYNES, [1936] 1996, p. 341) [itálicos adicionados].

É importante não perder de vista as implicações que esses *principais defeitos* citados por Keynes possuem no âmbito individual, pois, em uma análise superficial a compreensão deles pode levar a crer em um distanciamento maior entre as políticas econômicas defendidas pelos dois autores do que a que de fato existiu.

A atual visão dominante na ciência econômica pode implicar um distanciamento entre os dois autores, nas linhas da divisão pedagógica macro/micro, maior do que o que de fato existiu. A teoria macroeconômica “walrasiana”¹¹, contida nos manuais e ancorada “fundamentada” na microeconomia rechaçada nos anos de 1930, pode sugerir a impressão de que Keynes não teria se preocupado – em contraposição a Marshall que insiste constantemente sobre a importância da qualidade de vida das pessoas – com os impactos a nível individual; em outras palavras, na visão dominante da teoria econômica, para Keynes o que de fato importaria são os agregados macroeconômicos. Conquanto é verdade que Keynes se preocupava com os agregados econômicos, dada a sua análise sistêmica da economia, essa preocupação estava solidamente arraigada na compreensão de que este sistema econômico é composto por pessoas e não por agentes representativos¹².

Ferrari Filho e Terra (2011) e Rosa (2016) defendem que os *defeitos*, mencionados na citação anterior, têm consequências explícitas do ponto de vista do funcionamento da economia, enquanto algumas correntes defendem a não intervenção do Estado, Keynes percebe que somente a intervenção do Estado pode mitigar os efeitos desses dois fatores que tornam o sistema econômico instável e que podem colocar em cheque as liberdades individuais tão enfatizadas pelo liberalismo econômico. De fato, a instabilidade macroeconômica vai além do impacto no funcionamento da economia, o próprio tecido social e as condições de sociabilidade são afetadas pelas consequências das disfunções do sistema econômico, que são apreendidas e remediadas com o auxílio das variáveis macroeconômicas (KEYNES, 1919).

Não estivesse o autor preocupado com as condições de possibilidade para o exercício das liberdades individuais ele jamais afirmaria, como o fez em *Liberalism and Labour*, que o problema político, do qual o econômico não se dissocia, era:

The political problem of mankind is to combine three things: *Economic Efficiency, Social Justice, and Individual Liberty*. The first needs criticism, precaution, and technical knowledge; the second, an unselfish and enthusiastic

¹¹ Ver Rosa (2016), Davidson (2012).

¹² Somente pessoas estão sujeitas à incerteza fundamental acerca do futuro e somente aceitando a existência de pessoas distintas é possível apreciar as inúmeras de reações e estratégias face a essa incerteza. Isto é algo que não está presente no pensamento tradicional e tampouco pode ser representado pelo homem econômico, ou pelo agente representativo, a visão que Keynes possui acerca da economia e das suas partes constituintes é melhor descrita em termos orgânicos do que estáticos, em outras palavras é uma ciência moral e não natural.

spirit which loves the ordinary man; the third, tolerance, breadth, appreciation of excellencies of variety and independence, which prefers, above everything, to give unhindered opportunity to the exceptional and to the aspiring¹³ (KEYNES, [1926] 1963, p. 344). [italícos adicionados]

A filosofia social na investigação econômica de cada um dos autores transparece sob diversos prismas, por exemplo, nos motivos que levaram Marshall ao estudo sistemático da economia. Sobre esse ponto específico Groenewegen afirma que:

O estudo do progresso econômico foi sempre uma parte importante do pensamento econômico de Marshall. Afinal de contas, fora a ideia de que o progresso econômico poderia eliminar a pobreza, providenciando níveis de vida satisfatórios para todos, que encorajara Marshall a estudar Economia em finais dos anos 1860 e que o manteve neste domínio do saber (GROENEWEGEN, 2011, p. 246).

Ainda neste sentido, vê-se que a aproximação que Marshall buscava entre teoria e realidade estava já na origem do seu interesse pela ciência econômica como campo de sua atuação. A viagem que este fez ao norte industrial da Inglaterra e à Escócia durante a crise econômica de 1866 está entre os motivos que o levaram das “Ciências Morais” para o “estudo das causas econômicas da pobreza e miséria”, (GROENEWEGEN, 2011). Ao adotar a visão dinâmica cumulativa do processo econômico, presente na teoria de ambos¹⁴, torna-se possível afirmar que para os autores *as consequências do funcionamento da economia sobre os indivíduos é o cerne da ciência econômica*. E dentro dessas consequências, aquelas que impactam negativamente a vida das pessoas merecem especial atenção dos economistas, sobretudo pela necessidade de serem remediadas, e não simplesmente constatadas e aceitas.

Marshall, na ocasião da sua participação na *Royal Comission on Aged Poor*, define da seguinte maneira a sua atuação enquanto estudioso da ciência econômica:

Yes. I think I should perhaps say that I have devoted myself for the last twenty-five years to the problem of poverty, and that very little of my work has been devoted to any inquiry which does no bear on that. But I do not regard the problem of pauperism, as distinguished from the problem of poverty, as of so great importance as it seems to other people to be (MARSHALL, [1893] 1926, p. 205).

Os motivos que levaram Keynes ao estudo da ciência econômica não parecem próximos aos de Marshall, talvez pelo fato dos dois terem pertencido a estratos sociais diferentes, mas se aproximam daqueles de Stuart Mill e Léon Walras, cujos pais também eram economistas¹⁵. Ele

¹³ Apesar de ser um economista britânico e ter advogado durante toda a sua carreira a estabilidade e prosperidade do seu país, vemos que Keynes atribuiu este problema à humanidade e não aos britânicos, evidência de uma inquietação política que transcende as fronteiras do nacionalismo do qual é às vezes acusado. Outra evidência que aponta neste mesmo sentido é a criação do esquema de comércio internacional com as *Clearing Houses* e o *Bancor* cuja essência seria, por um lado eliminar as pressões expansionistas e por outro estabilizar os balanços de pagamento dos países, permitindo-lhes usar os instrumentos de intervenção econômica no intuito de alcançar o maior nível de produto, emprego e renda e não para esterilizar um balanço de pagamentos deficitário.

¹⁴ Segundo Rosa (2016), a percepção do ciclo cumulativo na teoria de Keynes está ligada à renda, ao emprego e, talvez mais importante, ao investimento e às expectativas, e essa seria uma interface de conexão com Veblen e Schumpeter. Já na teoria de Marshall, segundo Mattos (2014) ela se manifesta nas condições de vida das pessoas por meio do ciclo vicioso da pobreza e da fome, em que uma fortalece a outra, assim como nos seus estudos sobre organização industrial e na sua visão histórica da sociedade. Logo, podemos encontrar a visão de Marshall “dentro” da visão de Keynes, o que de fato não surpreende dado que o último foi aluno do primeiro.

¹⁵ Entretanto, é interessante notar que Keynes manterá durante toda a sua vida uma ligação muito próxima com pessoas ligadas às artes, das mais diferentes formas. Influenciado pela filosofia de Moore, de fato, ele valoriza o

primeiro demonstra uma preocupação consciente e sistêmica em relação aos problemas das desigualdades sociais no seu livro *As Consequências Econômicas da Paz*, livro de 1919. Tendo participado das negociações que conduziram ao Tratado de Versalhes, Keynes se retira das suas funções enquanto membro oficial da comitiva britânica após perceber que os termos do tratado, por imporem condições severas sobre a Alemanha, trariam problemas socioeconômicos não só para o país, mas para todo o continente europeu e poderiam conduzir a um novo conflito armado (STEIL, 2013). Deste ponto em diante os principais esforços teóricos empreendidos por Keynes visavam, de uma maneira ou de outra, a superação dos entraves econômicos para que as nações pudessem alcançar níveis de prosperidade e qualidade de vida para as suas populações que não as obrigassem a adotar o expediente de guerra enquanto solução para o problema econômico (MINSKY, 2011).

A visão de que o desenvolvimento econômico pode ocorrer fora do lugar comum imperialista do século XIX e XX é uma parte de um retrato de uma filosofia social inclusiva, e teve respaldo na sua atuação durante a conferência de *Bretton Woods* na qual, não obstante a sua função “diplomática” que visava o alcance de termos financeiros favoráveis à Inglaterra na esteira da Segunda Guerra Mundial, ele propôs a criação de um sistema de comércio internacional que visava mitigar os desequilíbrios globais de balanço de pagamento, eliminando assim as pressões expansionistas de conquista de mercado internacional por parte dos países e as pressões recessivas de economias em busca de equilíbrio externo.

Essa atitude anti-imperialista que defende um desenvolvimento econômico que não necessariamente leve ao conflito internacional somente se torna possível se ancorada em uma nova, ainda que não plenamente formulada, visão sobre o funcionamento do sistema econômico. Para tal, é necessário que economia política do tipo *laissez-faire* do século XIX ceda seu lugar hegemônico. No que tange à essa forma de organização do sistema econômico, pode-se dizer que ambos rejeitavam o *laissez-faire* dogmático dominante – a filosofia orientadora da contribuição teórica da Economia Política Clássica. Marshall ([1885] 1926, p. 162) era contrário às “*unintelligent applications of the doctrine of laissez-faire, which assume that whatever increases wealth must necessarily increase well-being.*”. Dar a devida atenção ao “Marshall historiador” – e sua aproximação com economistas do Continente – Escola Histórica Alemã – ajuda a explicar a sua abordagem em relação à *doutrina do laissez-faire*. Ele demonstra clara percepção de que não se pode, sob pena de produzir resultados incoerentes, aplicar, sem o devido cuidado, as soluções do passado aos problemas do presente. Não obstante, as dificuldades teóricas da ciência econômica, que o seu trabalho ajudou a elucidar, ele ainda tem para si que o problema mais urgente a ser resolvido é o social, em especial o da miséria e pobreza, no entanto, esse é um problema que, segundo ele, deve ser atacado cientificamente, em oposição ao dogmatismo liberal.

Marshall, dentro dos limites da institucionalidade do seu tempo e da sua teoria econômica, advogava uma participação do Estado que iria além daquilo proposto por alguns dos seus contemporâneos, justamente nos problemas ignorados pelo otimismo da filosofia liberal e na crença do mercado. De fato, as intervenções que ele defendia estão mesmo a frente do que hoje se tem considerado como ideal, após a guinada *neoliberal* dos anos 1970. Na já citada participação de Marshall perante a *Royal Commission on Aged Poor* é possível vislumbrar, na sua intenção de contribuir para a reforma da *Poor Law* (Lei dos Pobres) de 1834, diversas centelhas daquilo que viria a constituir o futuro esquema de Seguridade Social inglês.

Dentro do convencional e dada as restrições políticas da época, a reforma da *Poor Law* e a sistematização do acesso à ajuda governamental em casos de desemprego, na questão da pensão aos idosos e os programas habitacionais viriam a ser uma resposta coerente de um economista social engajado, cuja principal preocupação era com a redução da pobreza e das

lado humano artístico como sendo representativos das verdadeiras aspirações humanas que seriam mais importantes e louváveis do que “fazer dinheiro por dinheiro” (KEYNES, 1930, 2013).

desigualdades sociais, ainda que adepto da moral vitoriana do final do século XIX (MATTOS, 2015). No que tange a questão dos desempregados, a defesa de tais medidas de caráter público-privado constitui uma das facetas de programas que viriam mais tarde, como o *New Deal*, por exemplo; e se não são a maior, ou mais importante, parte das recomendações propostas por Keynes¹⁶, certamente não se encontram fora do escopo das políticas econômicas recomendadas por ele já a partir da segunda metade dos anos de 1920 (STEIL, 2013)¹⁷.

É interessante notar como Marshall recusa a ideia de que as forças de mercado agindo livremente levarão sempre, independente de outras considerações, ao bem-estar social. Essa compreensão deriva diretamente do seu estudo sobre a situação industrial tanto no Reino Unido quanto de suas observações sobre a economia dos Estados Unidos. Ainda que seja um conciliador entre a visão marginalista, da qual ele fazia parte, e a economia política clássica, segundo Gazier (2009), Marshall é crítico do utopismo liberal de que o futuro será o melhor dos mundos sem a ação consciente e direcionada, e em vários contextos, não apenas de forma competitiva, mas também cooperativa (MARSHALL, [1889], [1890], [1890]).

Keynes, por sua parte, buscando se desvencilhar da velha moral vitoriana é levado a uma crítica do liberalismo dogmático ainda mais contundente (BACKHOUSE, BATEMAN, 2011). Ele almejando um duplo objetivo, filosófico e prático, em *The end of laissez-faire* deixa claro a sua rejeição do esquema vigente no século XIX:

The world is *not* so governed from above that private and social interest always coincide. It is *not* so managed here below that in practice they coincide [...] Experience does *not* show that individuals, when they make up a social unit, are always less clear-sighted than when they act separately (KEYNES, [1926] 1963, p. 312)

Se o *laissez-faire* não se aplicava em um mundo onde a estabilidade internacional era, ocasionalmente, abalada por disputas entre alguns poucos países – na sua maioria europeus – ou por inovações, que levavam algumas décadas para mostrarem o seu potencial e se alastrarem, o que dizer da sua aplicação em um mundo em que o conflito agora era global, onde as disputas industriais se davam de forma muito mais dinâmica, tanto por um fluxo ininterrupto de inovações produtivas e organizacionais?

Se havia alguma dúvida de que o capitalismo do século XX não mais se organizaria a nível atômico, a Primeira Guerra Mundial, as instabilidades monetárias dos anos de 1920 e a Crise de 1929 devem ter sido responsáveis por dissipar qualquer hesitação a este respeito. As transformações do capitalismo eram prenunciadas pela emergência de classes trabalhadoras organizadas e votantes, não somente na Inglaterra, mas em vastas parcelas do globo, por uma moderna corporação produtiva e um ativismo governamental em várias direções, seja por identificação filosófica, seja por necessidade prática de condução das Nações.

É notório o fato de Keynes ter se debruçado com muito mais afinco sobre a questão do desemprego do que sobre a pobreza em si, e mesmo com essa posição era um opositor do desemprego e da pobreza resultantes da atividade empresarial como “uma bolha no turbilhão da especulação” (KEYNES, [1936] 1996). Sobre as desigualdades sociais, o já citado capítulo 24 da Teoria Geral, é o ponto de conexão da sua obra teórica com os seus artigos críticos em relação à forma do capitalismo que ele observava; as desigualdades sociais exacerbadas, via insuficiência de demanda podem levar a economia a um funcionamento aquém do seu potencial, fato que se constatava, no início do século XX, com mais frequência do que o desejável.

A economia inglesa dos anos 1920, em oposição à estadunidense de forte crescimento,

¹⁶ Que no plano teórico deu mais enfoque ao controle da moeda, da demanda agregada e dos níveis de investimento.

¹⁷ É preciso ressaltar que mesmo tendo pontuado questões sociais relacionadas ao desemprego que precisavam ser remediadas, outros autores, Beveridge, por exemplo, contribuíram de forma mais completa e duradoura para a questão do desemprego (KOMINE, 2004).

atravessou um longo período recessão, representado por “um décimo da população do país desempregada por oito anos” – Keynes ([1929] 1963, p. 118) –, não é possível ignorar esse fato na escolha realizada por Keynes acerca de quais problemas sociais atacar, se os amargos efeitos da pobreza a níveis individuais ou as consequências nacionais do desemprego em massa. Mesmo diante essa escolha realizada por Keynes, seria difícil imaginar que ele fosse alheio à interpretação dos fatos de sua época e à relação lógica que se pode deduzir entre a recessão e a pobreza em meio à inexistência de um sistema amplo de amparo social mesmo à revelia das tentativas de Marshall anos antes, sistema este que só se imporia de forma mais ou menos ampla em nível internacional após a Segunda Guerra Mundial.

Não obstante, a necessidade imposta pela crise de lidar com o desemprego, é possível encontrar diversas referências nos seus escritos sobre os ideais de qualidade de vida que ele julgava importante. Lê-se na introdução da coletânea de artigos *Essays in Persuasion*:

And here emerges more clearly what is in truth his [Keynes] central thesis throughout, - the profound conviction that the Economic Problem, as one may call it for short, the problem of want and **poverty** and the **economic struggle between classes and nations**, is nothing but a frightful muddle, a transitory and an unnecessary muddle. (KEYNES, 1963, p. vii) [negrito adicionado]

Se a filosofia social de Marshall centra-se nos indivíduos, e ele se mostra pronto a ouvir trabalhador após trabalhador conforme afirmou na *Royal Commission on Aged Poor*, a filosofia social de Keynes, por sua vez, “toma o todo”, é no agregado que ela se manifesta. Keynes não entrou nas especificidades de casos individuais, por mais que eles fossem importantes, porque para o bom funcionamento do capitalismo e para que a riqueza da nação pudesse crescer de forma sistemática, é necessário não interferir com a liberdade individual dos homens e mulheres e sim empregar todos os fatores de produção a disposição para satisfazer as necessidades materiais da sociedade, deixando os indivíduos livre para buscar “a verdadeira satisfação: o afeto, o amor; a integridade pessoal e a realização humana” (MINSKY, 2011)¹⁸. A correção de Marshall sobre o liberalismo dogmático, ao denunciar as mazelas e problemas reais, assume em Keynes, a defesa da responsabilidade econômica do Estado na busca de estabilidade e prosperidade geral. Neste sentido, a administração da demanda efetiva e o controle da preferência pela liquidez se somam à reforma tributária progressiva – Keynes, 1936 – e à melhor distribuição do ônus do trabalho com o avanço da tecnologia – Keynes, 1930.

Para Marshall, uma distribuição de renda mais justa se explicava pela compreensão de que a pobreza impedia que parcelas da sociedade tivessem oportunidade para alcançar o seu potencial, assim sendo, a eliminação da pobreza e consequentemente desse impedimento seria, talvez, o maior problema a ser equacionado pela ciência econômica e seus praticantes. Para Keynes, o cerne do estudo sistêmico da economia era garantir a expansão da produção da riqueza material – problema da economia política clássica – e reduzir as desigualdades de renda e riqueza, e por consequência a pobreza, possibilitando assim a realização das *verdadeiras satisfações* da ordem liberal e democrática, ao passo que este era o único caminho possível de transformar o capitalismo em um sistema produtivo socialmente justo e que promovesse uma melhora de vida para o conjunto da sociedade respeitando ao mesmo tempo as conquistas do liberalismo político.

Os dois autores partilham da visão de que o progresso material é condição indispensável para o progresso humano, e tal progresso material não seria alcançado relegando, de forma dogmática, a condução da economia aos caprichos do livre mercado e, mais acentuadamente,

¹⁸ Ao mudar a unidade de análise, do nível individual para o coletivo, era preciso que o problema do desemprego deixasse o campo da moral e passasse a ser integrar uma teoria econômica enquanto conceito analítico. Essa alteração foi efetuada por Keynes e não por Marshall.

do *rentismo* no caso de Keynes, porém a convivência em sociedade tampouco poderia se reduzir à obtenção desse progresso material (MATTOS, 2015, KEYNES, [1930] 1963). Importantes aspectos da vida econômica, não estando simplesmente circunscritos na categoria de bens públicos, deveriam ser organizados por uma autoridade, local ou nacional, para que o capitalismo pudesse progredir e com ele o ser humano. A pobreza derivada de infortúnios momentâneos ou do desemprego sistêmico no contexto de crises econômicas deveria ser atacada pelo Estado nas suas mais diferentes esferas. A desigualdade social, em outras palavras, a cristalização da pobreza ao longo do tempo, fruto de falhas do capitalismo também deveria ser atacada por políticas públicas desenvolvidas por um corpo pensante, ancorado na compreensão dos processos cumulativos presentes na economia e executadas via autoridade estatal, sem esquecer que a liberdade individual e democrática é um bem precioso. Desses enfrentamentos dependeria em grande parte o futuro do progresso humano para Marshall e do sistema capitalista reformado para Keynes.

3 A ciência econômica como instrumento de melhoria social

Na seção anterior foram ressaltados diversos aspectos que apontam para o papel da ciência econômica segundo Marshall e Keynes, esses aspectos são exemplos do acoplamento da ciência econômica e da ética. Tais pontos, quando decantados e condensados, podem ser descritos como: *o uso do saber técnico da economia ou da economia política para promover uma alteração qualitativa positiva na condição de vida dos indivíduos e da coletividade*. Disto não decorre que ambos advogavam o uso das mesmas técnicas, e de fato eles favoreciam mecanismos de intervenção política distintos. É, portanto, crucial não incorrer no erro de extrapolar as comparações, descaracterizando o que cada um desses autores aportou à ciência econômica.

Esta seção enfoca em como a visão desses autores se aproximam e se distanciam, no que tange a definição de Economia (*Política*). Para tal recorre-se ao que eles definiram como escopo da ciência econômica e à conexão que esta guardava com os *objetivos políticos* enquanto *proxy* de uma visão orgânica deste campo do saber, que para ambos pertencia às Ciências Morais.

O estudo de economia, desde sempre, foi um campo de pluralidade e diversidade de interpretações, sobretudo por conta da natureza do seu objeto de estudo, o homem e suas relações econômicas, que são, por definição, sociais. Assim sendo, inúmeras são as escolas de pensamento econômico que se propõem a explicar a realidade econômica da sociedade ao longo do tempo. Os constructos teóricos de cada uma delas encontram sempre raízes em aspectos de alguma filosofia social e de alguma visão de mundo (ideal e até mesmo utópica). Curiosamente, no atual ensino da ciência econômica, sobretudo contido nas versões dos manuais simplistas e simplificados do embate de ideias quase não se encontra traços dessas raízes ou da densidade filosófica que o estudo do domínio econômico, marcado por sua pluralidade de interpretações acerca da vida em sociedade, requer. Dito de outra maneira, pode-se afirmar que, em economia, é impossível a existência de alguma concepção teórica que não esteja ancorada em uma filosofia particular, em alguma concepção sobre a natureza e o comportamento do homem, enfim, em alguma visão de mundo específica que apresente um ideal do que é “certo”, “bom” e “justo”, ainda que parte do ensino atual pretenda justamente uma posição “afilosófica”, advogando uma neutralidade que inexistente neste campo do conhecimento, por definição, e a redução da lógica econômica social ao abstracionismo matemático.

Assim sendo, o papel das ideias passa a ser central para entender a disputa e a pesquisa científica em economia, para não dizer, para compreender as insolúveis controvérsias que orientam a política com base em argumentos econômicos. De fato, o mundo é governado por pouco mais do que visões do mundo ligadas a alguma antiga

filosofia travestida com novas roupagens¹⁹²⁰ (HEILBRONER 1996; KEYNES, 1996).

Assim sendo, a base filosófica e os conteúdos éticos, abordados na seção anterior, assumem primazia enquanto instrumentos de avaliação das teorias econômicas e suas sugestões de política, em consonância com a coerência e consistência interna das teorias. A constatação de que a ciência econômica não dispõe de “laboratórios”, tampouco da possibilidade de realizar experimentos controlados e relevantes, do ponto de vista sistêmico e comportamental, implica que a cláusula “*cæteris paribus*”, presente em todos os modelos, é ilusória e não deveria ser parte do maquinário que dá robustez às teorias econômicas e políticas que delas derivam, isso implica que no campo das *ciências morais* o parâmetro de avaliação são os efeitos que as teorias preconizam no âmbito do mundo real, em outras palavras, as pessoas que são favorecidas ou não.

Dessa maneira fica evidente que a fronteira entre ciência positiva e normativa é muito mais tênue do que em um primeiro momento se pode crer. Toda teoria social dita positiva pode se desdobrar em uma teoria normativa. No entanto, os “Marshalls”²¹ estabeleceram justamente a divisão entre esses dois tipos analíticos, segundo ele existiria uma distinção entre *Arte de governar* e a *ciência econômica*, sobre a primeira ele afirma:

[...] it (a science) cannot claim to be a guide in life, or to lay down rules for the practical conduct of affairs. That is the task of what in old times used to be called an Art. An Art considers some important practical end, and directs men in their efforts to obtain it. First it inquires generally into the various conditions of the case. Then taking one of them at a time it seeks out the science whose special business it is to answer questions relating to this particular class of conditions, and demands of this science an answer to a question which bears directly on the end in view. Having collected such answers from many sciences, Arts puts them together; and says, ‘Since we are told by sciences that such and such effects will follow from such and such causes, therefore it is best to pursue such and such a course: this course will, all things being considered, lead us up to, or near to, our desired end, so as to cause as much good and as little evil as possible (MARSHALL, MARSHALL, 1879, p. 3)

Em relação a ciência econômica, os autores afirmam:

Economics is to be classed with the Moral or Social Sciences; because it deals only incidentally with inanimate things, its main purpose is to seek for the moral and social Laws by which men’s conduct is determined in the every day work of their lives: the motives which cause them to seek one trade and occupation rather than another, and which govern their behavior to others with whom their trade brings them into contact. Economics investigates the causes which determine the work of a man’s daily life, the manner in which he spends

¹⁹ Os conceitos que voltam à superfície de tempos em tempos como, por exemplo, o desemprego voluntário do século XII e a taxa *natural* de desemprego do século XX, ambos conceitos, que na aparência, são politicamente isentos, mas que são usados para defender a ideia de que o desemprego não é um problema grave, e que portanto, não devemos nos preocupar com ele, retirando uma das principais justificativas para reduzir a intervenção do Estado na economia e impossibilitar que o sistema funcione no seu ponto máximo de eficiência. Ambas as concepções vão contra a teoria de Keynes e as suas implicações políticas.

²⁰ “De fato, o mundo é governado por pouco mais do que isso. Os homens objetivos que se julgam livres de qualquer influência intelectual são, em geral, escravos de algum economista defunto” (KEYNES [1936], 1996, p. 349).

²¹ Esta citação e a próxima foi retirada do livro que Alfred Marshall e sua esposa, Mary Paley Marshall escreveram em 1879.

his income, and the influence which his word exerts on his character (ibid, p. 4)

Ainda que tais passagens possam representar uma divisão bem delineada entre ciência e objetivos éticos, as diversas participações do próprio Marshall nas Comissões Reais²², nas quais prestou testemunho, revelam algo importante sobre o assunto. De fato, Marshall desempenhou um duplo papel na sociedade britânica do seu tempo, enquanto cientista, ele buscava explicações lógico-rationais para os fenômenos sociais e históricos, enquanto cidadão o seu papel era utilizar os conhecimentos científicos para fundamentar políticas sociais que visavam um bem que julgava ser mais satisfatório. Pode-se argumentar que a divisão que ele propõe entre *ciência* e *arte de governar* tinha mais um caráter aparente do que substancial. Jensen (1987) argumenta que Marshall seria um economista social, muito em parte porque comporia um todo coeso entre a sua teoria econômica e o quadro ético-moral que gostaria de ver prevalecer na sua sociedade. Essa composição é fruto do seu caminho até a descoberta do estudo da economia enquanto ciência, mas também da sua não adoção estrita da própria separação que estabeleceu entre *Arte de governar* e *ciência econômica*. Pode-se considerar Marshall como um cientista social, que buscava no estudo dos fenômenos econômicos não somente as causas e condicionantes da pobreza, mas as próprias soluções que permitiriam uma elevação na condição de vida do indivíduo, elevação que deveria passar inexoravelmente pela proteção da dignidade individual dentro de uma sociedade cuja institucionalidade básica seria o modo capitalista: a iniciativa privada e a propriedade privada dos meios de produção; não em detrimento, mas em conjunto com uma autoridade estatal racional que visasse os princípios éticos de justiça social. Essa caracterização está em um plano qualitativamente diferente e, justamente por isso, superior, da visão “atomística” que hoje se possui do seu trabalho e da sua atuação enquanto economista

Keynes encontra-se em um patamar diferente daquele ocupado por Marshall, tanto do ponto de vista da teoria econômica, que encontrava problemas distintos, porém não excludentes, quanto soluções, que eram mais basilares e menos pontuais do que aquelas advogadas por Marshall e que, por isso mesmo, as englobava em si²³. Aparentemente Keynes não deixou nenhuma definição explícita do que seria a ciência econômica. No entanto, Souza (2003, p. 155) argumenta que para Keynes essa ciência é uma “guia para a ação”, tal visão é corroborada pela crítica que o próprio Keynes (1923, p.65) fez aos economistas clássicos contra os quais ele se opôs “*Economists set themselves too easy, too useless a task, if in tempestuous seasons they can only tell us, that when the storm is long past, the ocean is flat again*”. Logo, ao economista caberia um papel ativo na “descoberta” dos problemas, tal como ele “o fez” no capítulo 24 da Teoria Geral ao elencar aqueles dois problemas econômicos já mencionados: a incapacidade de proporcionar pleno emprego e a arbitrária desigualdade de renda e riqueza.

A mera descoberta desses problemas, porém, não construiria uma sociedade menos “defeituosa”. Em um primeiro momento a própria “descoberta” desses problemas depende de uma filosofia econômica que não exclua a possibilidade mal funcionamento do sistema econômico; o argumento que defende que a economia sempre se move em direção ao melhor dos mundos não dá espaço para interpretações que percebem o sistema capitalista como inerentemente defeituoso. Reconhecendo que o desafio da ciência econômica não é a escolha das hipóteses, mas a escolha da base filosófica que delimita quais hipóteses são imprescindíveis para a teorização econômica que se defende, Keynes vai ir reconhecer uma ferramenta

²² As suas contribuições para os inquéritos oficiais sobre assuntos econômicos podem ser encontradas nos seus *Official Papers*, obra editada por Keynes e publicada em 1926.

²³ A administração constante da moeda e da demanda efetiva não contradiz os planos marshallianos de combate à pobreza e melhoria da qualidade de vida, especialmente dos trabalhadores industriais, elas simplesmente não estão nos mesmos planos analíticos.

fundamental neste campo, a persuasão. O fato é que essa ferramenta só é importante quando se compreende a ciência econômica como uma ciência moral e não natural. Com o elemento da persuasão aliado ao conceito de incerteza Keynes se distanciou da grande maioria dos economistas do seu tempo, que ao tratarem a ciência econômica como uma ciência natural se afastavam da realidade para preservarem suas hipóteses.

Mesmo que Keynes não tenha especificado claramente qual seria o papel da ciência econômica ainda se pode inferir alguns pontos a esse respeito por sua atuação prática. Sem sombra de dúvidas, é por intermédio da *razão*²⁴ que se pode julgar de forma correta os acontecimentos e o mundo nos quais os indivíduos estão mergulhados, a *razão econômica* é o que permitiu a Keynes perceber a incoerência das demandas que recaíram sobre a Alemanha no pós-primeira guerra:

I cannot leave this subject as though its just treatment wholly depended either on our own pledges or on economic facts. The policy of reducing Germany to servitude for a generation, of degrading the lives of millions of human beings, and of depriving a whole nation of happiness should be abhorrent and detestable, -abhorrent and detestable, even if it were possible, even if it enriched ourselves, even if it did not sow the decay of the whole civilised life of Europe. Some preach it in the name of Justice. In the great events of man's history, in the unwinding of the complex fates of nations Justice is not so simple. And if it were, nations are not authorised, by religion or by natural morals, to visit on the children of their enemies the misdoings of parents or of rulers (KEYNES, [1919] 1963, p. 17-18)

Por outro lado, a razão econômica associada à argumentação persuasiva é o que permite a passagem da economia do plano teórico para o plano prático, da mesma maneira que Marshall fez nas suas participações nas Comissões Reais. Esse raciocínio corrobora a própria relação entre a *ciência econômica* e a *arte de governar* proposta por Marshall. De fato, a atuação de Keynes face a sociedade na qual estava inserido atesta para a compreensão do papel social do economista, algo que antes havia sido atestado por Marshall.

Tendo em vista que ambos os autores advogavam em prol de uma visão que associa realidade e teoria, tanto no teorizar quanto na aplicação da teoria em busca dos fins éticos que defendiam, são necessárias algumas observações sobre as mudanças no caráter da ciência econômica e da atuação dos economistas, tal como vivenciamos no presente momento. Romer (2016) deu o tom sarcástico à sua crítica sobre como a ciência econômica tem se desenvolvimento em nossos dias, porém, por de trás do sarcasmo é possível notar a seriedade da crise institucional na qual se encontra esta ciência. Minsky (2011) sublinha a relação entre a ocorrência de crises no sistema capitalista e a hegemonia de teorias econômicas que falham na descrição das ações econômicas e suas consequências, dado que essas teorias possuem inúmeras premissas são falsas. Muitas das falhas para as quais esse autor aponta derivam direta ou indiretamente de teorias que passaram por Marshall, em alguns casos por uma compreensão falha sobre o que ele disse por conta da discrepância entre a base filosófica dos que se seguiram e a do autor.

Desde meados da década de 1970 vê-se o surgimento de crises econômicas recorrentes, na esteira dessas crises – que, sem sombra de dúvida, reduzem, ainda que momentaneamente,

²⁴ Essa razão não se confunde necessariamente com a razão matemática. A lógica das relações econômicas pode em alguma medida se justapor à lógica matemática, no entanto quando esta última dita a pesquisa econômica os resultados podem ser desastrosos. Em outros termos pode-se dizer que a o debate entre lógica econômica *versus* a lógica matemática resume a oposição de visões dispares a respeito da ciência econômica; uma contingente circunstancial e outra casual e determinística. Ambos os autores, matemáticos de formação, estavam conscientes desse fato e tinham reservas ao uso matemático na ciência econômica.

o PIB, agravam o desemprego e abalam as relações de comércio internacional – o que se percebe é um processo de deterioração das relações sociais com o travamento da prosperidade e perda da estabilidade econômica, tal como nos anos 1920 e 1930. Soma-se a este estado de coisas a incapacidade que os economistas têm demonstrado para encontrar soluções positivas para tais problemas, pior ainda é o fato de muitos deles sequer compreendem/reconhecem a gravidade dos erros das teorias que defendem²⁵.

Entretanto, além de erros de predição – inerentes a este campo do conhecimento – os economistas atuais, ao que tudo indica, perderam as peculiaridades do cientista social à guisa do próprio Marshall, e outros talvez jamais as tiveram. As crises econômicas que surgem inevitavelmente do fracasso teórico atual são agravadas pela insensibilidade do economista diante dos resultados sociais que surgem e que apesar de visíveis, em alguns casos são ignorados, em muitos casos ainda se aborda importantes problemas econômicos, como a questão da poluição, em termos de custo-benefício, mesmo que isso implique colocar vidas em risco. Haverão sempre economistas que, dentro da bolha “isenta” da *tecnicidade*, atribuirão as causas dos infortúnios sociais, as recessões, as guerras, a fome e a miséria à ação política, à imagem caricata do político populista ou a entes indefinidos como o mercado. Algo que poucos estão dispostos a debater e examinar são as bases filosóficas que justificam, por exemplo, o controle inflacionário via elevação da taxa de juros, com o custo colateral velado da alta do desemprego, também não estão prontos a questionar as implicações sociais por detrás da suposição de que tecnocratas de um Banco Central completamente independente são imunes a demandas particularistas, ao passo que assumem que políticos sempre cederão às pressões da população, em detrimento dos “fundamentos econômicos”. Marshall e Keynes estavam conscientes das relações entre teoria e realidade e por isso não se eximiram das suas responsabilidades, dada a sua filosofia humanista e progressista.

4 Considerações Finais

A conexão entre Keynes e Marshall é mais abrangente do que a simples relação entre pupilo e mestre em virtude do compartilhamento de uma filosofia comum para a investigação econômica. Os questionamentos de Keynes, que deram vazão à revolução keynesiana no campo teórico – via rejeição da teoria clássica e neoclássica – partilha da mesma base de questionamento do dogmatismo na ciência econômica por parte de Marshall, bem como da busca de instrumentalização do conhecimento econômico para ação prática no mundo em que realmente vivemos. Tudo isto era feito com um o intuito de levar suas sociedades a um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico e social, de reduzir as desigualdades de renda, riqueza e oportunidade, e assim proporcionar aos seus contemporâneos a possibilidade de levarem vidas mais completas, e não apenas em uma busca sem por riquezas.

O trabalho de Marshall e Keynes realmente estava inserido em níveis analíticos distintos, compreensivelmente, isso levou a recomendações de política econômica que não permitem comparações diretas, mas antes se complementam em alguns pontos. Ainda que suas análises e propostas de política econômica diferissem, eles certamente concordavam sobre os males que afligiam essas mesmas sociedades, e essa concordância era fruto de uma raiz filosófica comum. Logo, o artigo buscou, por meio de uma revisão bibliográfica e de eventos, recuperar aspectos, em si não exaustivos, que ajudam a elucidar a conexão entre os dois autores, tais aspectos tangenciam os problemas concretos que as suas sociedades enfrentavam, assim como as respostas que eles propuseram. É a partir desses elementos que se pode tratar de uma filosofia social comum em Marshall e Keynes.

Para além da relevância histórica, conceitual e moral relacionada ao estudo da filosofia

²⁵ Talvez o maior exemplo seja o do ex-presidente do *Federal Reserve*, Allan Greenspan que admite não compreender o que aconteceu de errado e que permitiu a crise de 2008. <<https://www.youtube.com/watch?v=R5IZPWNFizQ>>

social na economia é necessário salientar o fato de que, se esses dois autores não foram relegados ao ostracismo, eles estão presentes apenas nas notas de rodapé. As contribuições de Marshall, quando estudadas via manuais, dão-se quase unicamente no campo da teoria *microeconômica atomista*. A teoria de Keynes, um dia revolução do pensamento, hoje reside tão somente nos nichos pós-keynesianos, ou quando *alguma crise financeira global obriga*, inexoravelmente, a aplicação de alguma das suas recomendações, ou ainda quando as escolas de pensamento tão distintas se unem na intenção de mostrar que ele estava errado. Isso, talvez, indique que o capitalismo reformado traz implicações sociais que ameaçam o *status quo* político e importantes substratos financeiros, assim como os economistas que os sustentam.

Na contramão do atual ensino de economia, a formação intelectual de Marshall conferiu uma carga ética e moral à sua atuação enquanto economista e agente social, que longe de ter sido suprimida nos seus escritos, até mesmo nos mais técnicos, foi enaltecida e colocada em posição de destaque. Keynes, um arauto no pós-primeira guerra, colocou quase toda a sua carreira profissional a serviço de um capitalismo estável e socialmente mais justo, sem que fosse necessário recorrer aos expedientes revolucionários e tão incertos, isso era fruto da uma visão humanista e progressista do ponto de vista da justiça social e, conservadora no trato das questões econômicas. Ainda que tenham atuado em tempos distintos é perceptível a preocupação social que subsidiava as intervenções de ambos.

O gradual esvaziamento dos conteúdos éticos-filosóficos, outrora associados à ciência econômica, resultado, parcialmente, de uma mudança qualitativa no ensino, se não é uma das causas das crises econômicas é, certamente, responsável pela desconfiança crescente e pelo descontentamento da população em relação à economia e aos economistas. Tal esvaziamento talvez torne toda essa discussão ultrapassada, porém, a urgência imposta pelos novos desafios de uma economia capitalista complexa exige que os economistas, iniciantes e experientes, repensem a sua responsabilidade social. A saída da inflexão mencionada por Romer (2006), que equivaleria a uma nova revolução da ciência, somente pode ser empreendida por meio da resolução dos problemas de desigualdade social e de pobreza. Tal resolução passa inexoravelmente pela redefinição da responsabilidade social do economista, em um contexto de acirrada tensão social, fruto das crescentes demandas sociais por acesso a melhores condições de vida no seio de Estados em debilitada situação fiscal, consequentemente com limitada capacidade de atuação. Assim, compreender as políticas econômicas e seus efeitos torna-se uma tarefa primordial. No entanto, anterior ao estudo das políticas econômicas é necessário compreender os condicionantes filosóficos que dão sustentação às teorias que as lastreiam. Dito de outra maneira, é imprescindível o estudo das motivações filosóficas dos economistas caso se tencione compreender por completo a abrangência e os limites das suas contribuições teóricas, o que é também entender a abrangência e os limites das recomendações de política econômica que os economistas defendem.

Bibliografia

ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em economia. In: GALA, P. e REGO, J. M. (ORGS.). **A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em economia**. São Paulo: Editora 34, 2003. p.13-44.

ASSIS, J. C.; DORIA, F. A. **Universo neoliberal em desencanto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BACKHOUSE, R. E.; BATEMAN, B. W. **Capitalist Revolutionary: John Maynard Keynes**. Harvard University Press, 2011.

BEKER, V. A. On the economic crisis and the crisis of economics. **Kiel Institute for the World Economy Economics Discussion Papers No. 2010-18**, 2010.

BHARADWAJ, K. Marshall on Pigou's wealth and welfare. **Economica**, v. 39, n. 153, p. 32-46, 1972.

COLANDER, D. et al. The Financial Crisis and the Systemic Failure of the Economics Profession. **Critical Review**, v. 21, n. 2-3, p. 249-267, 2009.

DAVIDSON, P. Is economics a science? Should economics be rigorous? **Real-world economics review**, v. 59, p. 58-66, 2012.

FERRARI FILHO, F.; TERRA, F. H. B. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas. **Revista de economia contemporânea**. Rio de Janeiro. Vol. 15, n. 2 (maio/ago. 2011), p. 271-295, 2011.

FRIEDMAN, M. The Methodology of Positive Economics. In: HAUSMAN, D. M. **The Philosophy of Economics An Anthology**. 3º edition. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 145-178.

GALBRAITH, J. K. **A cultura do contentamento**. São Paulo: Pioneira, 1980.

GAZIER, B. **John Maynard Keynes**. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

GROENEWEGEN, P. **Alfred Marshall**. Lisboa: Editora Actual, 2011.

HEILBRONER, R. L. **A História do Pensamento Econômico**. Tradução de Therezinha M Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

HIMMELFARB, G. **Poverty and compassion: The moral imagination of the late Victorians**. Alfred a Knopf Inc, 1991.

KEYNES, J. M. The Treaty of Peace (1919). In: KEYNES, J. M. **Essays in Persuasion**. London: W. W. Norton & Company, 1963. p. 3-18.

_____, J. M. Alfred Marshall, 1842-1924. **The Economic Journal**, v. 34, n. 135, p. 311-372, set. 1924.

_____, J. M. **A Tract on Monetary Reform**. London Macmillan and Co, 1924.

_____, J. M. Liberalism and Labour (1926). In: KEYNES, J. M. **Essays in Persuasion**. London: W. W. Norton & Company, 1963. p. 339-345.

_____, J. M. Economic Possibilities for our Grandchildren (1930). In: KEYNES, J. M. **Essays in Persuasion**. London: W. W. Norton & Company, 1963. p. 358-373.

_____, J. M. Preface. In: KEYNES, J. M. **Essays in Persuasion**. London: W. W. Norton & Comapny, 1963, p. v-ix.

_____, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda: Os Economistas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____, J. M. Mes premières convictions. In: KEYNES, J. M. **Deux Souvenir: De Bloomsbury à Paris**. Tradução de Maël Renouard. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2013. p. 91 - 126.

KOMINE, A. The making of Beveridge's Unemployment (1909): three concepts blended. **The European Journal of the History of Economic Thought**, v. 11, n. 2, p. 255-280, 2004.

JENSEN, H. E. Alfred Marshall as a social economist. **Review of Social Economy**, v. 45, n. 1, p. 14-36, 1987.

MARSHALL, A. The presente position of Economics [1885]. In: PIGOU, A. C. **Memorials of Alfred Marshall**. London, 1925. p. 152-174.

_____, A. Co-operation [1889]. In: PIGOU, A. C. **Memorials of Alfred Marshall**. London, 1925. p. 1227-256.

_____, A. Some Aspects of Competition [1890]. In: PIGOU, A. C. **Memorials of Alfred Marshall**. London, 1925. p. 256-292.

_____, A. Minutes of evidence taken before the Royal Commission on the Aged Poor, June 5, 1893. In: KEYNES, J. M. **Official Papers by Alfred Marshall**. [S.l.]: MacMillan, 1926. p. 205-262.

MARSHALL, A. **Principles of Economics: An introductory volume** [1890]. 8th. London Macmillan, 1920.

MARSHALL, A.; MARSHALL, M. P. **The economics of Industry**. Cambridge: MacMillan and Co., 1879.

MATTOS, L. V. A economia e o melhoramento social: a agenda de reformas de Alfred Marshall. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 50-72, jan-abr. 2014.

_____, L. V. Continuidade ou ruptura? Uma análise de alguns aspectos da filosofia social de John Stuart Mill, Alfred Marshall e John Maynard Keynes. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 2, p. 360-383, abr-jun. 2015.

MINSKY, H. P. **John Maynard Keynes**. Tradução de Beatriz Sidou. Editora Campinas: Unicamp, 2011.

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico**. Edições Graal, 1988.

PIRENNE, H. **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

ROMER, P. The trouble with macroeconomics. **The American Economist**, Pittsburg, p. 1-20, 2016.

ROSA, E. S. T. **A Economia Monetária de Keynes: A Moeda e o Sistema Financeiro a Serviço da Produção ou a Administração Financeira Estatal**. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

SKIDESLKY, R. **Keynes**. Tradução de José Carlos Miranda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

SOUZA, M. A. G. D. Método e visão de mundo em Keynes: uma abordagem alternativa. In: CORAZZA, G. **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 153-174.

STEIL, B. **The Battle of Bretton Woods**. New Jersey: Princeton university Press, 2013.

EDITORIAL

**FACE – Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas**

Curso de Ciências Econômicas

Direção FACE

Prof. Moisés Ferreira da Cunha

Vice-Direção FACE

Prof^ª. Andrea Freire de Lucena

**Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas**

Prof. Tiago Camarinha Lopes

Endereço

Campus Samambaia, Prédio da FACE –
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –
CEP 74690-900, Goiânia – GO.
Tel. (62) 3521 – 1390

URL

<http://www.eco.face.ufg.br>

**SÉRIE DE TEXTOS PARA
DISCUSSÃO DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFG**
Coordenação e Equipe de Editoração

Prof. Sandro Eduardo Monsueto
Adriana Moura Guimarães

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do Curso de Ciências Econômicas da FACE/UFG. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do Curso ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.